

ORGANIZAÇÃO SINDICAL EM REDE NO CONTEXTO BRASILEIRO

Renata Gnoli Paneque¹

Sidney Jard da Silva²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo realizar uma análise das possibilidades e limites das redes sindicais por empresa enquanto instrumento de organização dos trabalhadores frente à lógica de organização em rede estabelecida pelo capital. Esse tipo de iniciativa teve origem nos países do Norte Global que, historicamente, contam com uma trajetória de desenvolvimento econômico e social distinta dos países do Sul Global. O artigo lança luz sobre o contexto brasileiro para compreender a construção das redes sindicais por empresa nos países periféricos. Serão tratados aspectos regionais que interferem diretamente nessa construção, além de apontar para os desafios sindicais nesse tipo de organização em rede.

Palavras-Chave: Brasil; Trabalhadores; Redes; Organização; Sindicatos.

ORGANIZACIÓN SINDICAL EN REDES EN EL CONTEXTO BRASILEÑO

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo llevar a cabo un análisis de las posibilidades y los límites de las redes sindicales por empresa como instrumento para organizar a los trabajadores en vista de la lógica de organización de redes establecida por el capital. Este tipo de iniciativa se originó en los países del Norte Global, que históricamente han tenido una trayectoria de desarrollo económico

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC-UFABC.

² Professor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (CECS/UFABC). Doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), com doutorado sanduíche no Departamento de Ciência Política do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP) e licenciado pela Faculdade de Educação (FE/USP). Coordenador do grupo de pesquisa Política, Políticas Públicas e Ação Coletiva (3 PAC/CNPq). Foi coordenador da área temática Estado e Políticas Públicas da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Integrou a equipe pro tempore de implantação da UFABC. Áreas de atuação: Sindicalismo, políticas públicas, instituições políticas, reforma previdenciária, processo decisório.

y social distinta de los países del Sur Global. El artículo arroja luz sobre el contexto brasileño para comprender la construcción de redes sindicales por empresa en países periféricos. Se abordarán los aspectos regionales que interfieren directamente en esta construcción, además de señalar los desafíos sindicales en este tipo de organización de red.

Palabras clave: Brasil; Trabajadores; Redes; Organización; Sindicatos.

NETWORKING UNION ORGANIZATION IN THE BRAZILIAN CONTEXT

ABSTRACT

This article aims to carry out an analysis of the possibilities and limits of union networks by company as an instrument for organizing workers in view of the logic of network organization established by capital. This type of initiative originated in the countries of the Global North, which historically have had a trajectory of economic and social development distinct from the countries of the Global South. The article sheds light on the Brazilian context to understand the construction of union networks by company in peripheral countries. Regional aspects that directly interfere in this construction will be addressed, in addition to pointing out the union challenges in this type of network organization.

Keywords: Brazil; Workers; Networks; Organization; Unions.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a estratégia de organização em redes sindicais por empresa surgiu na década de 1990 por meio da relação de solidariedade entre sindicatos europeus e brasileiros e, em 2001, foi impulsionada por um projeto de formação sindical entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a *Federatie Nederlandse Vakbeweging* (FNV), central sindical holandesa. Neste período, a indústria brasileira vivia um cenário de profunda reestruturação produtiva. Os trabalhadores e trabalhadoras nas indústrias temiam perder seus empregos para a automatização do processo produtivo e o movimento sindical estava em alerta. Diante dessa situação, houve a criação por lei, das chamadas Câmeras Setoriais, cujo objetivo geral era construir uma política industrial setorial.

Esses fóruns se constituíam em espaços de negociação tripartites com representantes dos trabalhadores, governo e empresários, voltados para o debate das medidas necessárias para a superação das dificuldades enfrentadas pelos setores econômicos em um contexto de recessão e abertura econômica, característicos dos primeiros anos da década de 1990.

Essa experiência, como nos revela Arbix (1996, p. 127) “em que pese sua fragilidade, deixou marcas nas relações entre o Estado, o Capital e o Trabalho no Brasil”, em especial a organização da Câmara Setorial do setor automotivo, em que, “através dos acordos selados (1992 e 1993) contribuíram para a redução da taxa de conflitos entre os sindicatos – em especial os vinculados a CUT – e as empresas do setor; protegeram os salários e o emprego e impulsionaram decisivamente a recuperação da indústria”.

Ainda, segundo o mesmo autor, esse importante espaço constituído,

“nasceu como um escudo de resistência diante da recessão e da abertura econômica efetivada pelo governo Collor. A novidade, porém, foi que o seu desenvolvimento não esteve voltado para os velhos expedientes protecionistas, mas para uma real sintonia com os processos de globalização e modernização industrial. Com vantagem de ter estabelecido um terreno de maior controle sobre seus efeitos perversos.” (ARBIX, 1996, p. 127).

A reestruturação produtiva enfrentada pelos trabalhadores no Brasil, inclusive com experiências de organização de ações articuladas entre sindicatos, governo e empresas já demonstrava fragilidades como a alta concentração regional do desdobramento das medidas, mantendo a insegurança acerca do mercado de trabalho latente nas demais regiões brasileiras. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC) foi notadamente protagonista no campo sindical no processo de debates e negociações nas câmaras setoriais.

Na esfera supra nacional, este processo já havia acontecido em países centrais, onde está localizada a maioria das matrizes das fábricas presentes no Brasil, portanto, o sindicalismo destas nações já tinha passado por este difícil processo de readequação dos postos de trabalho. Assim, intensificou-se um movimento de articulação e solidariedade internacional vindo do movimento sindical europeu para com o movimento sindical brasileiro, em especial o sindicalismo concentrado na região do ABC. Sob este ambiente hostil e, ao mesmo tempo solidário, a ideia de se organizar em redes sindicais por empresa ganhou força no Brasil.

Na Europa, já havia um histórico de organização dos trabalhadores por empresa, os chamados Comitês Mundiais de Trabalhadores (CMTs) ou Comitês Europeus de Trabalhadores. A dinâmica de funcionamento dos CMTs consiste em organizar grupos de trabalhadores de determinada empresa de diversos países que trocam informações sobre as condições de trabalho e organizam ações coordenadas para diminuir as desigualdades entre as diferentes plantas da empresa ao redor do globo.

Deste fato, depreende-se a influência europeia em organizar trabalhadores por empresa e não apenas por sindicato, contudo, do ponto de vista organizativo, este modelo encontra dificuldades para se aplicado em outros continentes. Em geral, a estrutura sindical europeia é mais concisa. A Alemanha, por exemplo, conta com apenas um sindicato metalúrgico em todo o país, enquanto o Brasil conta com mais de cem. Portanto, quando esta ideia chega ao país, é preciso repensá-la sob a perspectiva da estrutura sindical brasileira.

A necessidade de se criar redes nacionais de trabalhadores foi percebida inicialmente pela CUT durante a parceria com a FNV quando dirigentes brasileiros foram convidados a visitar a unidade da Unilever, uma empresa transnacional de bens de consumo com sede na Holanda. A ideia era mobilizar trabalhadores da mesma empresa no Brasil para conhecerem a realidade dos trabalhadores na matriz. Foi então que os dirigentes da CUT notaram a dificuldade em articular a participação destes trabalhadores (FRAMIL, 2015, p. 80). Segundo um ex-dirigente da ICEM e assessor da CUT, citado por Ricardo Framil (2015, p. 80):

Fomos tentar cumprir esse convite e caímos na realidade. Verificamos que era quase impossível mandar o pessoal pra lá. Não existia um sindicato único no Brasil que representasse o pessoal da Unilever. A gente não tinha nada, nem sabia onde existia Unilever. Pela pulverização dos sindicatos, você não tinha por onde começar. A não ser que começasse pela empresa. Tem uma unidade aqui, quem é o sindicato lá? Está filiado a alguma central? Você imagina, precisava de uma pesquisa. A gente passou a discutir com os holandeses. [...] Enviáramos três companheiros, um ligado à Força Sindical, que na última hora acabou não podendo ir. Dois cutistas, um de Porto Alegre e um de Vinhedo, que foram se conhecer lá na Holanda. Um absurdo. (FRAMIL, 2015, p. 80).

Neste sentido, pensar as redes sindicais sob a perspectiva brasileira implica considerar que o processo de desenvolvimento latino-americano e, em especial, brasileiro foi constituído com base em desigualdades produzidas por uma dinâmica de dominação entre países centrais e países periféricos; e, marcado pela divisão internacional do trabalho. A relação entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas é de dependência, ao passo que as últimas demandam produtos primários de baixo valor agregado dos países periféricos e estes, por sua vez, dependem economicamente desta demanda e do acesso aos produtos de maior valor agregado produzidos nos países centrais. Porém, esta relação de dependência é desigual, visto que os países desenvolvidos se industrializaram primeiro e detém meios de produção de alta tecnologia e mão de obra especializada, ou seja, reúnem condições para maior produção de mais-valia (HOBBSAWN; 2007, p. 71-72).

Essa relação de desigualdade e dependência entre países centrais e periféricos em que a “modernidade e o atraso” são apresentados como se o primeiro solucionasse o segundo, retroalimenta o sistema capitalista, a produção de mais valor e de concentração de renda. Segundo Oliveira (2003), o sistema capitalista nutre o processo de concentração da renda rebaixando os custos da mão de obra para o aumento da mais-valia; por outro lado, em determinado momento estimula o pleno emprego ou índices perto disso para promover o consumo e assim, completar seu ciclo de acumulação. Em outras palavras, a modernidade apresentada pelo capitalismo se alimenta de condições precárias da classe trabalhadora (OLIVEIRA, 2003; p. 73-75).

Segundo Ruy Braga (2017), esta relação desigual entre norte e sul global é alimentada pela dinâmica de mercantilização do trabalho que tem precarizado postos de trabalho no mundo. O excedente populacional no sul e a mão de obra barata atraem empresas de todo o mundo e coloca trabalhadores dos países desenvolvidos sob ameaça de demissão ou perda de direitos.

Em termos marxistas, a superpopulação relativa produz as necessidades cíclicas do capital em relação à oferta de força de trabalho, assegurando às empresas uma fonte inesgotável de mais-valor por meio da compressão de seus custos produtivos. Além disso, como o trabalho barato é largamente acessível na semiperiferia capitalista, os

trabalhadores mais bem pagos do centro do sistema são permanentemente chantageados pela realocação produtiva, podendo ser demitidos sem ser recontratados, em um movimento que aprofunda a desigualdade também em países avançados (BRAGA, 2017, p. 31).

Neste sentido, há que se considerar que a manutenção e reprodução deste hiato entre condições de trabalho entre trabalhadores de diferentes partes do globo não se trata de um processo natural à lógica capitalista, mas também faz parte da vontade política de agentes que determinam as relações de poder e assim, perpetuam as disparidades na distribuição da riqueza (BOURDIEU, 1998, p.72).

Este artigo pretende explorar a construção das redes sindicais enquanto instrumentos de organização dos trabalhadores que rema na contramão deste processo de aprofundamento das desigualdades, uma vez que proporciona a troca de informações e organização de ações coletivas e articuladas entre trabalhadores de diferentes plantas de uma mesma empresa em regiões distintas; considerando, como dito anteriormente, os padrões de desenvolvimento econômico estabelecidos no Brasil, a trajetória de organização dos trabalhadores brasileiros e os desafios enfrentados pelos sindicatos para a organização em rede.

Este trabalho está dividido em três seções, além desta introdução. A seção a seguir aborda algumas especificidades brasileiras em relação ao seu desenvolvimento industrial, de que forma se deu a conformação da indústria e passagens pontuais sobre a trajetória do sindicalismo no Brasil que trazem elementos fundamentais para compreender as reflexões posteriores sobre a construção das redes sindicais por empresa. A terceira seção abordará as redes sindicais por empresa enquanto instrumentos de organização dos trabalhadores que se distingue do modelo tradicional de organização sindical brasileiro. Serão explorados pontos importantes como a formação destas redes, seu funcionamento e alguns desafios e possibilidades trazidos por este tipo de organização sindical diante do contexto brasileiro. Por fim, as conclusões finais buscam apontar reflexões sobre as redes sindicais considerando a trajetória brasileira, como os sindicatos podem organizar redes nacionais que fortaleçam a

organização no local de trabalho, no nível nacional e internacional considerando o padrão de desenvolvimento brasileiro e a trajetória de luta dos trabalhadores e trabalhadoras.

BREVE HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO BRASIL

O Brasil que contou com mão de obra escrava até o fim do século XIX teve seu processo de industrialização impulsionado a partir do século seguinte, quando passou a dispor de mão de obra assalariada com forte presença imigrante. A predominância da atividade cafeeira no Estado de São Paulo foi fundamental para o desenvolvimento da indústria na região, uma vez que criou as bases necessárias referentes à acumulação de capital, mão de obra disponível e uma rede urbana que possibilitaram a industrialização.³

A partir deste período, a ocupação urbana foi pautada fortemente pela conformação da indústria e a região do ABC Paulista tornou-se uma zona industrial com concentração intensa de trabalhadores no seu entorno. A instalação de montadoras de veículos e autopeças, por sua vez, atraiu grandes contingentes de trabalhadores de diferentes partes do país desde o final da década de 1950.

Uma indústria não integrada, dependente de movimentações na economia externa e com alto grau de concentração demográfica em seu entorno, uma vez que a distribuição das unidades produtivas também se deu de forma concentrada, culminou com um processo de espoliação urbana e pauperização da classe trabalhadora. Segundo Kowarick (1993), entre 1968 e 1973, a produtividade no setor industrial brasileiro subiu 32%, ao passo que neste mesmo período, os salários decresceram em 15%. Para o autor, o chamado “milagre brasileiro” teve como um de seus alicerces o empobrecimento da classe trabalhadora.

Em países como o Brasil, de capitalismo tardio, a existência de um exército de reserva em grande escala impulsionou a acumulação de capital, enquanto os trabalhadores foram pressionados a aceitarem salários cada vez mais baixos. A espoliação urbana abordada por

³ A indústria continuou seu processo de desenvolvimento no Brasil desde então, de forma desigual. Em 1907 a indústria paulista representava 16% da produção total no país, saltando para 33% em 1920 e chegando a 58,2% em 1960 (MATTEO, 2007; p. 50-52).

Kowarick (1993), passa pela extorsão do acesso a direitos básicos coletivos, como saúde e educação, mas implica também a ausência de condições para o exercício da cidadania, que aprofunda as desigualdades econômicas e sociais produzidas por um padrão de desenvolvimento heterogêneo regionalmente e dependente de economias centrais.

Sob este cenário de industrialização tardia em relação aos países considerados desenvolvidos, que foi constituída de forma desigual regionalmente e não integrada, dependente da política econômica externa, os trabalhadores concentrados no entorno das unidades produtivas tem para além da ausência de acesso a serviços básicos coletivos a negação ao exercício de suas liberdades enquanto cidadãos.

Em 1968, ano citado anteriormente entre os que registraram aumento da produtividade industrial, os trabalhadores de Osasco e Contagem – duas cidades industriais que se separam das capitais, São Paulo e Belo Horizonte - com 15.000 e 6.000 trabalhadores, respectivamente, organizaram uma greve por melhores salários e contra a repressão implantada. Esses dois movimentos foram “expressões notáveis de movimentos moleculares que causaram surpresa” (WEFFORT, 1972, p. 22-23), diante do regime ditatorial da época. O autor considera esses chamados movimentos moleculares como “organizações onde ainda não há representação corporativa articulada ou em que estas já perderam poder de representação” (WEFFORT, 1972, p. 22-23).

A greve de Contagem foi considerada uma greve “espontânea”, o que não significou que não foram preparadas. Pode-se dizer que foram impulsionadas de forma conjunta pela grave crise econômica que gerava muita insatisfação social, aliada a uma “agitação sindical” criada pelas oposições sindicais e ainda por alguns grupos de esquerda. Esse caráter de “espontaneidade” deixou muitos sentidos e significados históricos, pois foram consideradas propulsoras para novas organizações futuras. Serviram como germe para o despertar da consciência social dos operários, pois ao deixaram seu papel individual de submissão a uma realidade de opressão imposta, para assumirem uma representação de resistência, transformaram-se em trabalhadores conscientes de seu papel na luta coletiva dentro e fora das fábricas.

De modo diferente de Contagem, Osasco foi uma greve organizada, programada e iniciada pelo sindicato e atingiu as empresas onde as comissões de fábrica (mesmo que ainda embrionárias) estavam instituídas e organizadas. Essa experiência foi fundamental para o movimento sindical, “pois sobre as bases das comissões de fábrica levou-se ao extremo o processo de democratização sindical e poucas vezes um sindicato nos país teria chegado a tão alto grau de participação de base se constituindo uma alternativa a estrutura sindical vigente.” (WEFFORT, 1972, p. 52)

Embora com características distintas do ponto de vista de seu acontecimento e independente de seus resultados, os desdobramentos dessas duas experiências de greves perduram ao longo dos anos.

Em Osasco, o movimento foi duramente reprimido pelos militares no poder, alguns envolvidos foram presos, torturados e outros viveram na clandestinidade. A greve foi considerada como um ato subversivo e o crime foi registrado nas carteiras de trabalho das lideranças que permaneceram por anos sem conseguir trabalho. Foi construída na cidade, pelas autoridades e pela mídia, uma imagem que marginalizou e desqualificou a organização dos trabalhadores, contribuindo para um silenciamento das narrativas dos trabalhadores enquanto sujeitos (ROVAI, 2014).

Também como nos aponta Weffort (1972), em obra que analisa esses dois movimentos, é o fato de que “depois da primeira surpresa, essas greves passaram rapidamente ao esquecimento geral. Houve, talvez, algo mais. O esquecimento, no caso, é simples indício de interpretação dos acontecimentos e de uma atividade ideológica geral diante das possibilidades do movimento operário no país”.

Embora o movimento dos trabalhadores de Osasco tenha sido derrotado, segundo depoimentos colhidos na pesquisa de Marta Rovai, sua organização deixou frutos. As greves dos metalúrgicos do ABC, realizadas entre 1978 e 1980, ainda sob o regime ditatorial, foram inspiradas na organização anterior dos trabalhadores. Assim, a luta dos trabalhadores de

Osasco e Contagem, embora silenciadas naquele momento, simbolizam a memória enquanto um instrumento de resistência.

Os anos 1970 podem ser divididos em dois períodos em relação à organização dos trabalhadores. Segundo Eder Sader (2001), a primeira metade da década é marcada por um silenciamento e submissão à lógica do padrão de acumulação capitalista vigente, resultado de uma sociedade reprimida e manipulada pelo regime ditatorial da época, e a segunda pela emergência de movimentos sociais, sindicais, associações de bairro independentes do Estado e de partidos que reivindicavam direitos e contestavam a ordem estabelecida.

Ainda no início da década de 1970, os trabalhadores sofriam os impactos das derrotas do fim da década anterior. Os trabalhadores enquanto sujeitos de sua história foram silenciados e o discurso vigente era o discurso dos heróis, enquanto os trabalhadores eram vistos apenas como mais um elemento necessário ao processo de acumulação capitalista. Ainda segundo Sader:

Desde Oliveira Vianna, a heterogeneidade interna, a dispersão e um comportamento atomizado por parte dos trabalhadores, expressando uma incapacidade de universalização de seus objetivos, seriam determinados pelas próprias características da formação histórica da sociedade brasileira, do seu Estado e sua industrialização. Os resultados de experiências históricas foram vistos como atributos determinados pela própria estrutura social. E aí se cristaliza uma imagem da classe incapaz de ação autônoma (SADER, 1995; p. 31-32).

A segunda metade é marcada pela emergência de manifestações de movimentos sociais e associações de bairro de forma isolada, mas ao fim da década, começavam a surgir manifestações de movimentos sociais antes subterrâneos e no 1º de maio de 1980, uma greve dos trabalhadores metalúrgicos do ABC por questões salariais toma proporções gigantescas chegando a atingir 120 mil pessoas nas ruas de diversos sindicatos, movimentos sociais e associações de bairro. Essas transformações nas práticas de organização coletiva, segundo o

autor, é um efeito retardado das derrotas sofridas na década anterior e uma crise de referências políticas⁴. O Estado deixa de ser o palco principal de transformações sociais.

Este período simbolizou a mudança nas práticas organizativas e a emergência de novos sujeitos coletivos. Nascia o novo sindicalismo, independente do Estado e de partidos políticos, movimentos sociais que substituíam o assistencialismo por valores de uma sociedade inclusiva, associações de bairro que reivindicavam direitos ao invés da prática anterior de troca de favores.

O “novo sindicalismo” era considerado novo, pois se diferenciava do sindicalismo populista pré-1964 e tampouco se aproximava do sindicalismo assistencialista desenhado na ditadura, mas fincava suas raízes na organização nos locais de trabalho e se opunha à estrutura sindical corporativista e em defesa da liberdade e autonomia sindical (Autor; 2019).

O nascimento do novo sindicalismo, para Larissa Rosa Correa e Paulo Roberto Ribeiro Fontes, teve um impacto tão grande para estudiosos do tema que o período anterior, do pré-golpe até 1978 atraiu poucos olhares para a análise dos movimentos de trabalhadores. Assim, se construiu uma ideia de que o movimento sindical brasileiro “adormeceu em 1964, teve um espasmo em 1968 e acordou agitado dez anos depois – quando o chamado “novo sindicalismo” emergiu (...)” (CORREA, FONTES, 2016, p. 139).

Esta breve contextualização que passa pelo padrão de industrialização constituído no Brasil de forma tardia, heterogênea e dependente, por um regime ditatorial que durou até 1985 e pela organização de trabalhadores de massa também concentrada no eixo sudeste e com registros de repressão sinalizam uma trajetória de uma sociedade marcada pela desigualdade e pela negação de seus direitos.

⁴Essa mudança na organização dos movimentos populares não quer dizer que não houve repressão. Neste episódio da greve metalúrgica, o sindicato sofreu intervenção e 12 sindicalistas foram presos.

Neste sentido, considerando que os trabalhadores são produtos desta trajetória social e que os fatos não são isolados, mas fazem parte de uma continuidade histórica, as Redes sindicais por empresa que chegaram ao país no fim da década de 1990 também precisam ser repensadas diante deste contexto e não apenas como uma transposição da ideia europeia, onde teve sua origem.

REDES SINDICAIS POR EMPRESA ENQUANTO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Os trabalhadores dos países centrais estão à frente na organização do movimento sindical tanto por estarem em localizações já consideradas desenvolvidas e possuírem uma trajetória mais antiga e consolidada de militância operária, quanto por trazerem consigo uma herança diferente das dos países do sul, que tiveram industrialização tardia, foram em sua maioria colônias de exploração, entre outras características relacionadas ao padrão de desenvolvimento. Assim, as experiências de organização sindical internacional, como as Confederações Mundiais de Trabalhadores, os CMTs, a articulação de Acordos Marco Globais (AMGs) e grupos de trabalho por seguimento da indústria são de protagonismo europeu.

Na década de 90, quando a ideia de se organizar em redes sindicais por empresa chega ao Brasil, as indústrias estavam passando por um processo de reestruturação produtiva que ameaçava demitir trabalhadores em nome do progresso tecnológico. Neste período, a lógica de integração e complementaridade da estrutura produtiva foi rompida, dando lugar à política econômica de abertura comercial. No ABC paulista, berço do “novo sindicalismo” já existiam comissões de fábrica instaladas nas principais indústrias metalúrgicas da região, principalmente nas montadoras de veículos. Por outro lado, no Brasil, considerando apenas os filiados à CUT, havia 81 sindicatos de metalúrgicos, entre os quais, nenhum outro, além do SMABC, possuía organização no local de trabalho instituída⁵. Conforme o depoimento do dirigente sindical citado anteriormente, não é tarefa fácil articular uma rede de determinada

⁵ A Rede de trabalhadores da Gerdau conseguiu detectar práticas antissindicais da empresa através da Rede. Enquanto as montadoras do ABC paulista contam com as comissões de fábrica, os dirigentes da Gerdau não têm acesso ao local de trabalho após tornarem-se sindicalistas, pois a empresa os proíbe de entrarem na planta (Relatório do Encontro da rede Nacional dos Trabalhadores na Gerdau, 2015).

empresa no país, haja vista que as redes pressupõem a participação de trabalhadores do chão da fábrica para que as discussões sobre as condições de trabalho sejam legítimas.

As desigualdades internas e que impactam na organização das redes passam, além das diferenças na organização sindical entre as regiões, pela heterogeneidade regional de desenvolvimento econômico e da indústria e que refletem diferenças significativas entre as condições de trabalho e salários entre plantas da mesma empresa instaladas em diferentes estados do Brasil⁶. Como os trabalhadores tomarão conhecimento de diferenças gritantes de salários e de condições de trabalho vindas de uma mesma fonte pagadora e como organizar ações que busquem a equidade e a justiça para trabalhadores em uma mesma empresa? Essas são questões que a organização dos trabalhadores em redes sindicais por empresa tenta responder.

A Confederação Nacional dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores (CNM/CUT) tem enraizada em sua ação política a organização e monitoramento das Redes Sindicais por empresa em nível nacional e a articulação em nível internacional. A instituição organiza e monitora hoje 21 Redes Sindicais por Empresa, algumas apenas em nível nacional e outras também internacional.

Este tipo de organização sindical é formado por trabalhadores que representam as diferentes plantas de determinada empresa no país, independentemente da central sindical de filiação do sindicato. O sindicato tem autonomia para indicar o representante da planta, mas ele deve ser preferencialmente trabalhador da referida empresa, uma vez que serão discutidas pautas do cotidiano nas fábricas.

Os debates da rede geralmente produzem uma pauta comum do grupo que resultam em ações articuladas entre as entidades sindicais. Durante o debate ficam explícitas diferenças de condições de trabalho e remuneração entre as plantas e estas diferenças geralmente transformam-se em pontos de encaminhamentos. As ações podem ser desde a

⁶ Enquanto um trabalhador da Gerdau no Rio de Janeiro, por exemplo, obtém uma remuneração média de R\$ 3.000,00 por mês, o trabalhador da mesma empresa em Pernambuco recebe em média R\$ 1.450,00. (Relatório do Encontro da rede Nacional dos Trabalhadores na Gerdau, 2015).

elaboração de um boletim comum para ser entregue no mesmo dia em todas as plantas aos trabalhadores, ações de solidariedade entre funcionários das diferentes unidades da empresa ou a apresentação de uma pauta comum de reivindicações ao departamento de Recursos Humanos Nacional da empresa.

Um dirigente da instituição, em entrevista para a Revista “Promoção dos Direitos Trabalhistas na América Latina” afirmou:

Estarmos organizados em rede não é apenas uma palavra de ordem, é uma necessidade do mundo do trabalho. Assim como o capital, o trabalho também é internacionalizado. Assim, as decisões tomadas na chefia das multinacionais não afetam apenas o país sede, mas todos os países onde essa empresa possui plantas.

Enquanto houver trabalhadores e trabalhadoras prejudicados, em condições desiguais e em situação de exploração, não nos é permitido ficar acomodados.

A relação do trabalho com o capital nunca é igualitária, assim como as conquistas alcançadas no mundo do trabalho nunca são permanentes e estáveis. Cabe às redes sindicais unir trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo por condições mais favoráveis e igualitárias (CUT/DGB, 2014).

Os projetos de cooperação sindical internacional construídos pela CUT com centrais sindicais internacionais foram o pontapé inicial para que as Confederações pudessem dar continuidade à esta política de ampliação e fortalecimento das Redes sindicais em âmbito nacional e internacional. Neste sentido, é notória a importância da Central para a construção das Redes como agente propulsora deste tipo de organização por empresa, uma vez que a estrutura sindical fragmentada e desigual corrobora para a não articulação dos trabalhadores em uma mesma corporação de diferentes plantas.

A CUT enquanto um grande “guarda-chuva” que abarca os sindicatos que representam os trabalhadores nas diversas regiões exerce esse papel de articuladora e ao mesmo tempo de ampliar a visão dos trabalhadores para além do chão da fábrica. As Confederações dos ramos, como a CNM/CUT, também instituições nacionais, têm desempenhado um papel central na expansão e fortalecimento da política de redes promovendo ações formativas para os membros das redes, colocando em contato sindicatos de diferentes partes do país e

estabelecendo conexão das redes nacionais com os CMTs e a IndustriAll (Federação Global da Indústria). Contudo, o funcionamento das redes depende de ações permanentes nas esferas internacionais, nacionais e locais, sem as quais, enfrentam fortes entraves na vivência cotidiana de suas organizações.

As decisões empresariais tomadas à partir da matriz podem ter impacto para determinado grupo de trabalhadores, como por exemplo o fechamento de uma planta, ou pode ter impacto para toda a rede, como a importação de determinado produto ao invés de produzi-lo. Estas são pautas que a rede de trabalhadores atua ou em solidariedade ao grupo afetado ou através de ações articuladas em prol de toda a rede. Daí a necessidade do fortalecimento da atuação da rede e engajamento de seus membros de forma permanente.

A organização sindical por base municipal ou regional contribui para a construção de acordos coletivos distintos em cada planta de uma mesma empresa e o poder de barganha dos trabalhadores, que muitas vezes fica enfraquecido frente às fragilidades econômicas e sociais em cada região, termina por gerar acordos muito desiguais em uma mesma empresa. Neste sentido, as redes remam na contramão da fragmentação sindical e podem ser uma alternativa para minimizar estas desigualdades.

No caso brasileiro, as *Redes*, além da dimensão internacional, cumprem um papel importante no âmbito nacional, ao tentar superar os limites da estrutura sindical existente no país, cuja abrangência dos contratos coletivos, se limita à esfera municipal. Ou seja, uma empresa no Brasil que tenha diversas unidades espalhadas pelo seu território terá, em cada cidade, um sindicato diferente a representar seus trabalhadores resultando também em diferentes negociações coletivas. Nesse sentido, as redes têm sido vistas também como uma espécie de ação alternativa às frustradas tentativas de superação do atual modelo sindical brasileiro (COSTA, 2016, p. 189).

A Rede é um instrumento de organização horizontal e não orgânico à estrutura sindical que proporciona a troca de experiências sobre condições de trabalho e remuneração nas diferentes plantas de uma mesma empresa. Assim, não obedece a estrutura corporativa que divide a classe trabalhadora por municípios ou base regional, atua no sentido de unificar sindicatos que estão espalhados pelo país. Existem Redes com mais de 20 plantas de uma mesma empresa e, portanto, uma grande diversidade de sindicatos e a Rede tem como papel reunir estes trabalhadores em torno de uma bandeira comum. As divergências políticas e

um ambiente de disputa podem ser evidenciados nos debates das Redes, uma vez que pode haver diferentes ideologias e sindicatos ligados a diferentes centrais sindicais, mas a canalização do debate para a construção de uma pauta comum que confronte a empresa em nível nacional é um avanço em relação ao modelo sindical tradicional.

A diversidade regional em relação às desigualdades reflete também em uma desigualdade em relação à organização sindical local. Enquanto os metalúrgicos do ABC possuem as comissões de fábrica dentro da empresa, metalúrgicos em outros estados brasileiros muitas vezes são impedidos de entrar no local de trabalho pelo fato de serem dirigentes sindicais. As realidades são muito distintas e as Redes contribuem para que a troca de experiências e a construção de ações de solidariedade entre as diferentes plantas de determinada empresa resultem no fortalecimento da organização sindical local. A participação de trabalhadores do chão da fábrica nas redes pode proporcionar uma melhor organização nos locais de trabalho a partir dessa troca de experiências.

O contrato coletivo nacional de trabalho é um ideal almejado por todas as redes e uma bandeira histórica da CNM/CUT desde sua fundação. A organização em rede, embora não seja tarefa fácil, pode contribuir para este objetivo, uma vez que tenta unificar as reivindicações dos trabalhadores para uma mesma empresa. As datas base em cada sindicato são distintas, os salários são muito desiguais entre plantas de uma mesma empresa e o poder de barganha de cada sindicato também é dispare, porém a busca por condições mais justas e equilibradas entre plantas de uma mesma empresa é papel da rede, portanto, o contrato coletivo nacional não é um sonho inatingível. A Rede de Trabalhadores na ThyssenKrupp, por exemplo, possui um acordo nacional de PLR.

A organização das redes no Brasil também é fundamental para a organização internacional dos trabalhadores no nível da empresa. A estrutura sindical em países centrais de forma mais concisa possibilita uma organização dos trabalhadores e poder de barganha mais fortes no plano nacional, ao passo que no Brasil, que conta com uma estrutura sindical fragmentada, as Centrais Sindicais e as Confederações Nacionais dos ramos tornam-se fundamentais como propulsoras desta organização.

Com efeito, a título de exemplo organizacional (Figura 1), a articulação internacional na organização das Redes é mais bem definida no caso alemão, enquanto no Brasil, a CNM/CUT e a CUT desempenham um árduo trabalho que vai desde a articulação nacional, ações de fortalecimento das redes nacionais e formação sobre o tema até a articulação internacional para a participação brasileira nos CMTs.

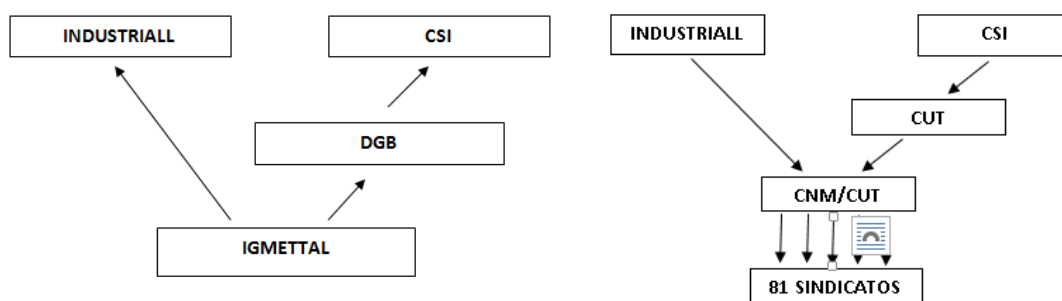


Figura 1: Estrutura sindical internacional Alemanha/Brasil, Elaboração própria.

A Figura acima mostra a estrutura sindical alemã e a brasileira dos sindicatos metalúrgicos. A IndustriAll Global Union representada nos dois lados do diagrama é o sindicato global da indústria e tem como afiliados sindicatos nacionais ou confederações da indústria ao redor do globo. A Confederação Sindical Internacional (CSI) abarca as centrais sindicais afiliadas em âmbito mundial. A *Deutscher Gewerkschaftsbund* (DGB) é a central sindical alemã afiliada à CSI e o IGMettal o sindicato nacional metalúrgico alemão. Enquanto na estrutura sindical alemã as redes são organizadas à partir de uma articulação conjunta entre as instituições envolvidas, no caso brasileiro a demanda pela construção de uma rede parte da esfera internacional e a CNM/CUT tem o papel de construir as condições para a participação brasileira em determinado CMT que geralmente requer a organização de uma rede nacional por motivos anteriormente demonstrados neste artigo.

Uma perspectiva organizacional mais política, porém não menos importante, é a formação de quadros sindicais que as redes proporcionam às entidades que as integram. A

participação contínua nos espaços de discussão e oportunidades de atividades formativas que as Centrais Sindicais e as Confederações proporcionam, promovem ao longo do tempo, a formação política destes dirigentes e, por consequência, o fortalecimento de sua ação sindical no local de trabalho.

No Brasil, as Redes Sindicais enquanto instrumento de organização contribuem para a superação da estrutura sindical vigente que divide os trabalhadores, enfraquece a ação sindical, as negociações com as empresas e gera tantas desigualdades tanto de salário como de condições de trabalho. As ações da CUT e das Confederações no sentido de fortalecer as Redes e criar novas, são fundamentais e funcionam como pontapé inicial para esta organização. Igualmente importante é o engajamento dos sindicatos locais na sua articulação, afinal, a ideia da rede é de se comunicar permanente sobre as condições de trabalho entre as plantas e organizar ações que possam minimizar as desigualdades produzidas pela atuação das Empresas Transnacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CRÍTICA À IDEIA DE ORGANIZAÇÃO NO DISCURSO DA PNCV

As redes sindicais por empresa são instrumentos de organização sindical flexíveis, que não obedecem à rigidez da estrutura sindical oficial imposta desde a década de 1930 por Getúlio Vargas e que se assemelham à organização das empresas em cadeias produtivas espalhadas pelo globo. A ideia inicial da organização sindical em redes, concebida em países do Norte é a de responder a essa lógica da organização empresarial.

No contexto brasileiro, há que se voltar um passo atrás e tentar organizar uma rede de trabalhadores que consiga responder às ações da empresa em nível nacional, uma vez que contamos com tantas desigualdades regionais sociais e econômicas, elementos de autoritarismo na organização de movimentos sociais e de trabalhadores, além de uma estrutura sindical que permite um número tão elevado de sindicatos e que terminam por enfraquecer a ação sindical. O desafio brasileiro consiste na organização destas redes, no convencimento dos sindicatos envolvidos da importância deste modelo de organização e no

fortalecimento destes espaços para que eles possam extrapolar as limitações impostas pela estrutura sindical vigente.

Assim, as redes sindicais nacionais de trabalhadores podem ser instrumentos que buscam diminuir as desigualdades nas condições de trabalho e de remuneração entre trabalhadores de uma mesma empresa em diferentes plantas. Concretamente, as redes sindicais favorecem a troca de informações, ampliam o poder de negociação dos trabalhadores e seus representantes e conseqüentemente ajudam a melhorar as relações de trabalho.

Pensadas sob a perspectiva brasileira, podem se constituir instrumentos que destoam das ferramentas atuais de organização sindical, uma vez que são flexíveis, por não estar prevista na estrutura sindical oficial; democráticas, pois colocam todos os seus membros, trabalhadores do chão de fábrica em patamar de igualdade e remam assim na contra mão desta estrutura sindical hierarquizada; e, finalmente, articulam o local e o nacional, ao passo que trazem as demandas locais e desenvolvem ações nacionais à partir delas.

Considerando que a organização dos trabalhadores em redes por empresa no Brasil é um tema complexo e longe de seu esgotamento, este artigo representa a faísca inicial para uma pesquisa que buscará aprofundar estas reflexões e trazer outras que façam sentido para a construção por parte dos trabalhadores brasileiros de respostas mais efetivas às ofensivas do capital.

REFERÊNCIAS

ARBIX, Glauco. A dinastia corporatista. **Tempo Social. Revista Sociologia**, USP, São Paulo, n^o 8, 1996, p. 127-159.

Autor, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BRAGA, Ruy. **A Rebeldia do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

CNM/CUT. **Relatório do Encontro da Rede Nacional dos Trabalhadores na Gerdau.** São Paulo. 2015.

CNM/CUT. **Renovado acordo nacional que garante PLR igual a metalúrgicos cutistas na Thyssen Elevadores.** 2016. Disponível em: <http://www.cnmcut.org.br/conteudo/e-renovado-acordo-que-garante-plr-igual-a-metalurgicos-cutistas-na-thyssen>. Acesso em 02/04/2020.

CORREA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. "As falas de Jerônimo": trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90**, UFRGS, Porto Alegre, n. 43, 2016, p. 129-151.

COSTA, Hélio. **Responsabilidade Social Empresarial e Sindicalismo no Contexto da Globalização.** Orientador: Prof. Dr. Leonardo Mello e Silva. 2016. 269 f. Doutorado em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo. 2016.

CUT/IOS/DGBBW. **Revista Promoção dos direitos trabalhistas na América Latina.** Publicação do projeto Promoção dos Direitos Trabalhistas na América Latina. São Paulo, 2014.

FRAMIL FILHO, Ricardo. **O internacionalismo operário entre o local e o global: as redes sindicais de trabalhadores químicos e metalúrgicos no Brasil.** Orientador: Prof. Dr. Leonardo Mello e Silva. 2015. 205 f. Doutorado em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo. 2015.

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 92ª. ed.

LADOSKY, Mario H.; OLIVEIRA, Roberto V. O "novo sindicalismo" pela ótica dos estudos do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 6, n. 11: 147-170. jan.-jun. de 2014.

MATTEO, Miguel. **Além da metrópole terciária.** Orientador: Prof. Dr. Jorge Ruben Biton Tapia. 202f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, 2007.

MELLO E SILVA, Leonardo; FRAMIL FILHO, R.; FRESTON, Raphael. **Redes sindicais em empresas transnacionais: enfrentando a globalização do ponto de vista dos trabalhadores.** In: Análise, Friedrich Ebert Stiftung, 2015.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o Ornitórrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

ROVAI, Marta G. de O. "A memória na luta contra o trauma: significados da greve de Osasco em 1968 nas narrativas de trabalhadores". **Revista Mundos do Trabalho, ANPUH-Brasil** v. 6, n. 11, 2014, p. 41-56.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

WEFFORT, Francisco. **Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968**. Cadernos Cebrap. São Paulo: Cebrap, n. 5, 1972.

Submetido em 05/06/2020
Aprovado em 27/04/2021